

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de fevereiro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUCIANO SIMÕES FILHO (4º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika Lopes, Heber Santana, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, encaminhando relatório e voto, alusivos à inviolabilidade dos deputados estaduais (Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.823 Rio Grande do Norte), que revelam o reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e o fortalecimento do Poder Legislativo Estadual.

Do Chefe de Gabinete da Casa Civil, Carlos Mello, informando acerca da decisão judicial que declarou inconstitucional a Lei nº 13.367, de 30 de junho de 2015, que “Modifica o art. 1º da Lei nº 12.907 de 26 de setembro de 2013 em relação ao § 6º, inciso I e V, e a todos os incisos do §11, atualizando os limites municipais entre Ibicoara com Mucugê e Jussiape”, mantendo, porém, seus efeitos pelo prazo de 12 (doze) meses.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões: 4ª, 5ª, 6ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 19, 20 e 21 de fevereiro de 2018; e da 1ª e 2ª especiais, realizadas em 22 e 23 de fevereiro de 2018.

Em votação as atas que acabaram de ser lidas. Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pequeno Expediente.
(Oradores Inscritos)

Primeiro deputado inscrito no Pequeno Expediente, o sempre assíduo José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa falada e escrita, *TV Assembleia*, que está aqui transmitindo para a Bahia e para o Brasil, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, primeiro, para registrar que ontem aconteceu a cerimônia de instalação das comissões nesta Casa. E na Comissão de Saúde, eu fui escolhido como vice-presidente.

Gostaria de me colocar, mais uma vez, à disposição do povo da Bahia. Mesmo como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e Instituto de Pesquisas Afins, estarei ao lado do nosso presidente, Alex da Piatã, para ajudar a melhorar a saúde da Bahia. O nosso objetivo é esse. Nós vamos unir forças entre a nossa Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e Instituto de Pesquisas Afins e a Comissão de Saúde. O meu mandato sempre se concentrou, nesta Casa, em cuidar da saúde e da causa de todo cidadão baiano. Sempre procurei ampliar os debates, além de me debruçar com muita responsabilidade e empenho nos problemas que a nossa Bahia enfrenta no setor. Para favorecer a melhoria na assistência à saúde, continuem contando comigo. É isso que gostaria de registrar em primeiro lugar.

O outro assunto, Sr. Presidente, que trago aqui, que não poderia passar sem estar registrando também aqui nesta tribuna: (Lê) “Hoje, 28 de fevereiro, é uma data de enorme importância e que nos faz refletir sobre um problema de saúde que merece toda a atenção e assistência do poder público. Hoje é o Dia Mundial das Doenças Raras. Esse tipo de enfermidade se caracteriza por atingir um número relativamente pequeno da população mundial, sendo, muitas vezes, difícil de encontrar as informações sobre o que são, como diagnosticar e tratar”. Lamentavelmente, isso não existe aqui na Bahia: o diagnóstico e também o tratamento específico. Na escala de um a dez nós podemos ter o número dois, diante da gravidade que é a enfermidade.

(Lê) “As doenças raras afetam atualmente mais de 16 milhões de pessoas em todo o mundo e cerca de 10% da população soteropolitana. Como presidente da

Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, levei o meu apoio, onde participei de uma caminhada pelo Dia Mundial das Doenças Raras, que aconteceu no último sábado, entre o Morro do Cristo e o Farol da Barra, em Salvador”.

Então, várias famílias, pacientes, estiveram nessa caminhada que aconteceu no sábado passado. Tivemos também a presença das associações, que têm sido, realmente, um braço forte em defesa da causa. E, como presidente da Frente Parlamentar, eu não poderia ficar ausente. Já faz três anos que eu participo dessa caminhada.

Era isso, Sr. Presidente, o que gostaria de registrar e pedir que o governo do estado possa olhar com carinho para os pacientes das doenças raras que existem na Bahia e que o governo possa preparar-se para dar uma atenção melhor na questão do diagnóstico, como também na medicação que esses pacientes precisam.

Era isso que eu gostaria de registrar. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados e vocês que nos assistem através da *TV Assembleia*.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Convido o deputado Hildécio Meireles, que permutou o seu tempo com o deputado Carlos Geilson.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, eu venho à tribuna, presidente, hoje, de forma sóbria, comedida, racional, para falar de um assunto que, de fato, exige toda essa, vamos dizer assim, sobriedade. É o assunto que está aí em pauta na imprensa: o problema do contrato, o problema da parceria público-privada que foi realizada entre o governo do Estado da Bahia e a Arena Fonte Nova.

Primeiro, é importante entendermos, é importante que cada um de nós entenda, que aqui não podemos fazer, deputado Luciano, nenhum prejulgamento, nenhum julgamento precipitado, porque não nos cabe. Quem julga é o Poder Judiciário. A nós, como legisladores, cabe fiscalizar.

Portanto, passa a ser nossa obrigação tratar desse assunto por essa ótica, com esses olhos de quem tem a responsabilidade de fiscalizar os atos do Poder Executivo. E uma outra questão, e é muito bom que fique bem claro, é que nós todos, deputados, aqui temos o dever de estabelecer a verdade. Eu vi aqui alguns deputados, Sr. Presidente, se dirigirem a esta tribuna, alguns deputados da Base do Governo, para falar o que não é verdade ou então estão sem as devidas informações sobre este caso.

Primeiro, se falou muito aqui que a construção da Arena Fonte Nova foi a mais barata do Brasil, o que já é uma mentira. Se considerarmos só o que foi gasto na construção da Arena Fonte Nova, ela teria sido a quinta mais barata, e não a primeira mais barata. Mas a questão é que o contrato, na sua concepção, já foi totalmente equivocado. Esse foi um contrato que só trouxe prejuízos ao Erário do Estado da

Bahia na sua concepção. Esse contrato seria muito mais barato se fosse um contrato de administração direta da obra, e o governo do estado, o estado da Bahia, tivesse a gestão daquele patrimônio chamado Fonte Nova.

O governo fechou os olhos e, mesmo sendo apontado pelas consultorias que não eram os mecanismos mais adequados, preferiu fazer a PPP, a modalidade de contrato PPP, que é a parceria público-privada, o que gerou total prejuízo aos cofres do governo do estado.

Aqui vi também, meu caro deputado Fábio Souto, alguns deputados questionarem como se desviaram 450 milhões em uma obra de apenas 680 milhões. De fato, se formos fazer essa comparação, é impraticável. Só que a verdade precisa vir à tona! Não se trata de obra de R\$ 680 milhões. Se o governo da Bahia, em dezembro de 2018, resolver quitar o custo dessa PPP, terá desembolsado cerca de R\$ 2,1 bilhões.

Portanto, é algo muito superior ao que colocaram alguns deputados, aqui desta tribuna, em defesa do governo do Estado – defesa irracional até. Mas a verdade é que o contrato fecha no montante de R\$ 2,1 bilhões se o governo resolver quitar agora, em dezembro deste ano. Se deixar para quitar em dezembro de 2019, esse valor será ainda muito superior.

Mas, Sr. Presidente, eu ainda identifiquei alguns quesitos que nos trazem indícios de irregularidade nesse contrato. Para V. Ex.^a ter uma ideia, na planilha se incluíram as despesas de remuneração de seis diretores do consórcio para 18 anos. Está incluso na planilha do custo dessa parceria, que monta em cerca de R\$ 18 milhões. Melhor: são cerca de R\$ 69 milhões. Olhe só: (Lê) “A inclusão de custos para a estruturação da sociedade de propósito específico...”, ou seja, para se gerar, para se constituir uma sociedade, foi previsto e foram gastos R\$ 22,5 milhões, para você registrar, você elaborar um contrato social e registrar nos organismos competentes.

(Lê) “A inclusão de previsão de desembolsos relativos a distribuição de dividendos aos acionistas, na ordem de R\$ 309 milhões.

Prazo de concessão superior em mais de 15 anos para se alcançar a viabilidade econômica, representando um prejuízo de aproximadamente R\$ 276 milhões para o Erário”. E ainda (Lê) “Renúncia pelo estado...” – pelo governo do estado – “ (...) dos direitos de propriedade intelectual do nome do estádio”. Somente isso gerou um prejuízo de R\$ 100 milhões. O governo da Bahia abriu mão de colocar numa placa lá o nome do estádio, Estádio Otávio Mangabeira, e cedeu ao consórcio para que colocasse lá Arena Fonte Nova Itaipava, uma coisa dessas. São R\$ 100 milhões de prejuízo para o estado.

Portanto, Sr. Presidente, meu caro deputado Luciano Ribeiro, nosso Líder da Bancada, aqui cabe tranquilamente uma investigação, porque é nosso dever. Nós não podemos prejudicar, não podemos antecipar o julgamento. Mas, como V. Ex.^a bem falou aqui, ontem, é dar a oportunidade dos responsáveis por esse contrato se

defenderem e trazerem à luz da verdade exatamente o que aconteceu com isso aqui. Porque pelo menos, certamente, aqui, houve prevaricação por parte dos responsáveis.

Portanto, presidente, eu insisto aqui com o nosso Líder que a gente caminhe para a criação desta CPI com o intuito de se apurar este caso.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Deputado Carlos Geilson, no Pequeno Expediente, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias, como o suplente de vereador Ivan de Vava, colegas da imprensa, você que nos assiste pelo canal *TV Assembleia*, sobre o episódio que aconteceu recentemente, aqui, em Salvador, envolvendo o ex-governador Jaques Wagner, gostaria de ter me pronunciado já na segunda-feira, no dia de ontem, mas não foi possível. Mas quero fazer, aqui, algumas colocações diante dos discursos que nós ouvimos desta tribuna. Teve deputado que disse que a ação foi midiática, que era um serviço da *TV Bahia* para o nosso grupo político, que o ex-governador sofreu perseguição, que a ação da Polícia Federal foi eleitoreira. Aquelas desculpas velhas de sempre, desculpas e argumentos esfarrapados e requentados.

Ora, durante todo esse período de denúncias, de acusações em que cardeais petistas foram alvejados na Operação Lava Jato, o que se ouviu sempre foi o seguinte: é perseguição; é o golpe do golpe; não quer ver o partido com os seus nomes soltos para angariar votos. Desculpas das mais variadas. Quando são alvejados políticos de outras matizes, de outros partidos, aí a Polícia Federal agiu certo, o Ministério Público está certo, o Judiciário está correto. Vejam que a visão petista é uma visão de quem usa óculos de couro, que não consegue enxergar um palmo adiante do nariz, a não ser o argumento que lhe convém.

Quem me conhece sabe, jamais subiria a esta tribuna para fazer algum tipo de acusação sem que houvesse, notadamente, de público, provas e que comprovadamente o envolvido esteja ou que cometeu a ilicitude. Mas ser petista é ter uma visão diferente da política. O petista se incorpora entre si. O que está fora desse cinturão não serve, são os que estão errados, são os que cometeram os delitos, são os políticos que comprem votos, é a oligarquia, é isso, é aquilo. É o jeito petista de ser!

Não é possível que nenhum petista, em algum momento de lucidez, reconheça que um companheiro, que um dos seus companheiros cometeu um erro. Olha, esse discurso que nós ouvimos aqui na Assembleia Legislativa é o mesmo discurso nas câmaras municipais, são os mesmos discursos nas assembleias legislativas do Brasil, são os mesmos discursos no Congresso.

Afinal de contas, todas as acusações contra os petistas não passam de perseguição? Todas as acusações contra os antipetistas são verdadeiras? A Polícia

Federal, quando vai no cerne da questão e consegue alvejar um petista, está sendo eleitoreira e midiática? Quando a Polícia Federal vai e pega quem fez malfeito e está no grupo antipetista, aí a Polícia Federal merece aplausos, a *Rede Globo* passa a ser endeusada. Quando a *Rede Globo* abre um espaço para colocar em destaque alguma ação em que esteja envolvido um petista, ora, o que é que acontece? É uma ação midiática! A emissora chegou 1 hora antes da Polícia Federal, é isso e aquilo. Vamos reconhecer que os erros são cometidos tanto no grupo petista, no seio petista como também nos outros partidos, porque nem todos estão envolvidos. Mas não vamos dizer que no PT tem os anjos, e que nos outros partidos estão cheios dos diabos. Os diabos existem em todos os partidos, inclusive, talvez muito mais no PT. E os anjos também tem alguns no PT, como deve ter em todos os outros partidos. Mas o modo de ser petista, realmente, é que deve ser condenado. Tudo está errado nos outros, e todos os petistas são santos, independentemente das acusações, independentemente do que pese nos ombros desse ou daquele cardeal petista.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Solicito verificação de quórum para a permanência da presente sessão.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, quero fazer a minha questão de ordem e abordar uma situação, situação esta que vem ocorrendo no município de Simões Filho. Veja que Simões Filho, como os demais municípios do estado, precisa de atenção. E apesar de Simões Filho estar entre as 30 cidades mais violentas do país, segundo o mapa da violência elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), não existe uma política de combate à violência, não apenas neste município como também nos demais.

De acordo com os dados da própria Secretaria da Segurança Pública, só neste mês de fevereiro, e olha que o mês ainda não acabou, 15 pessoas foram assassinadas no município vizinho de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador. Obviamente que lá também precisa aumentar o efetivo policial. O secretário da Segurança Pública e também o comandante da PM precisam entender que, se não aumentar o efetivo, vão tomar um baile, como têm tomado da criminalidade. E lá em Simões Filho as viaturas rodam porque a polícia, porque as viaturas têm o apoio da prefeitura que doa o combustível.

Recebi essa reclamação do querido amigo vereador Orlando de Amadeu, que disse o seguinte: que o prefeito já tentou marcar uma audiência pública com o governador Rui Costa, mas não teve sucesso. Só foi atendido pelo vice-governador João Leão, mas até hoje não teve os pleitos daquele município atendidos.

Vou pedir ao deputado Zé Neto que está aí no *WhatsApp*: deputado, intermedeie uma conversa do prefeito lá de Simões Filho com o ínclito governador Rui Costa, cuja Base V. Ex.^a faz parte, e providencie esta reunião para discutir as questões do município de Simões Filho. Que da próxima vez, o prefeito não seja atendido pelo vice-governador João Leão, por mais que tenhamos respeito, que saibamos da sua importância, lá no Palácio de Ondina, mas ele não tem a caneta. Quem tem a caneta é o governador Rui Costa.

Se João Leão atendeu, anotou os pleitos, e eles não foram atendidos, ou é má vontade do governador ou o vice-governador não lhe passou os pleitos do prefeito de Simões Filho, mais conhecido como Dinha.

Aqui fica a nossa observação: a segurança pública em Simões Filho está um caos. Estou focalizando Simões Filho, mas esta nossa conversa, que este nosso pronunciamento chegue, se esparrame, se enraíze por todo o estado da Bahia, que carece de uma melhor segurança pública.

Que V. Ex.^a, como futuro deputado federal – pois será muito bem votado e uma das vozes da Bahia no Congresso Nacional a partir de 2019 –, leve este pleito para o governador Rui Costa. Que ele abra uma janelinha na sua agenda para receber o prefeito de Simões Filho.

Quanto ao pedido de verificação de quórum, concordo com o deputado Zé Neto. V. Ex.^a providencie aí a contagem dos deputados presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Não havendo número mínimo de deputados, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.